

# A culpa é do índio

*Sete anos depois de virar Estado, Roraima ainda vive à custa da União, mas atribui seus problemas às reservas indígenas*

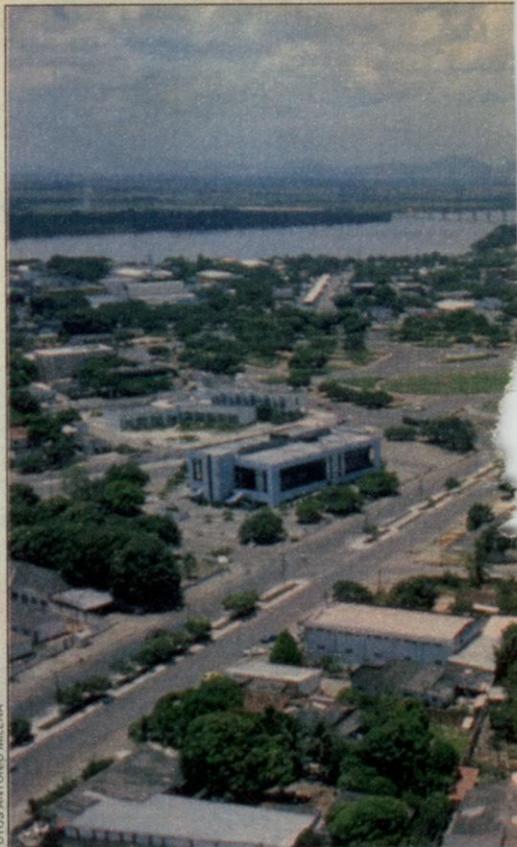
JAIME KLINTOWITZ, de Boa Vista

Com o espaço aéreo congestionado pelo vôo diário de 600 avionetas de garimpeiros e quatro aviões de carreira, o Aeroporto Internacional de Boa Vista orgulhava-se de uma frequência de pousos e decolagens comparável à dos aeroportos mais movimentados do mundo. Isso foi há sete anos, no auge da corrida do ouro na Amazônia. Hoje, o terminal passa o dia às moscas. Só ganha vida perto da meia-noite, com a chegada do vôo 488 da Varig, única ligação aérea do Estado de Roraima com as outras regiões do país. Como acontece com o aeroporto, construído em dimensões ambiciosas mas hoje sem movimento algum, desperdiçado como uma obra fantasma, Roraima é um lugar difícil de entender pelo prisma de quem o examina com a experiência de outros Estados brasileiros. De cada dez habitantes de Roraima, três são funcionários públicos, quatro estão desempregados e três são índios ou aventureiros.

Quando um Estado enfrenta dificuldades, é comum atribuir a culpa aos problemas na economia, à falta de infra-estrutura ou à incompetência dos governantes. Nisso também Roraima é diferente. Lá, boa parte da população tende a achar que o culpado é o índio. Pergunte ao engravatado no fórum ou ao pipoqueiro da esquina. É quase certo que ambos terão a mesma opinião: a culpa é da Funai, que reservou 42% do território do Estado para 30 000 índios, pouco mais que 10% da população. Os 7 000 ianomâmis, uma tribo na idade da pedra, têm 57 900 quilômetros quadrados — um pouco mais que a área da Paraíba — exatamente sobre o subsolo mais promissor em termos de minérios. “Não podemos transformar Roraima numa Bósnia com brancos

de um lado e índios de outro”, adverte Elton Rohnelt, um dublê de aventureiro e intelectual que se elegeu deputado e hoje é vice-líder do governo.

**FAXINA ÉTNICA** — Na prática, está em curso em Roraima uma versão cabocla da faxina étnica bósnia: a remoção dos fazendeiros brancos da área indígena Raposa-Terra do Sol. O pedido de homologação da reserva, um naco de 1 678 quilômetros quadrados no noroeste do Estado, repousa em alguma gaveta de Brasília, mas os fazendeiros já estão saindo, pressionados pelos índios e pela Funai. Vivem na área cerca de 12 000 índios, sobretudo da etnia macuxi, numa constelação de 98 malocas entremeadas entre vilas e 350 fazendas. “Nossa convivência com os fazendeiros sempre foi desigual”, ensina o macuxi Nelino Galé, coordenador do Conselho Indianista de Roraima, CIR. “Os brancos ficavam com o lucro, os índios, com o trabalho.” Com a bênção da Igreja Católica e boas conexões internacionais, o CIR reúne as aldeias mais militantes e organizadas. A estratégia indígena é ignorar as cercas e avançar fazendas



FOTOS ANTONIO MILENA

adentro, instalando retiros — uma cabana, um curral e algumas vacas. A tática tem dado resultado.

Há três anos, rendeu-se o maior fazendeiro da área, Jair Alves dos Reis, dono de 20 000 hectares distribuídos por dez fazendas. Ele retirou o gado e comprou terras de qualidade inferior, mas bem longe dos índios. “Não tirei um alfinete das casas”, lamenta. “Depois de uma vida de trabalho duro, saí de minhas terras corrido como bandido.” Aos 70 anos, debilitado por um ataque de malária, ele entregou a administração das fazendas — um pequeno império de 78 000 hectares — para seu filho mais velho, Luis. Há uma amarga ironia nessa passagem de bastão. Luis Alves dos Reis, o herdeiro, é um órfão macuxi adotado recém-nascido.

**MESADA FEDERAL** — É óbvio que os índios merecem tratamento diferenciado em qualquer lugar — e especialmente em Roraima, onde estão algumas das comunidades indígenas mais primitivas do planeta. Ocorre que, lá, se pecou pelo exagero. Ao entregar mais de um terço do território a 30 000 índios, o governo federal travancou o crescimento do Estado. Ainda assim, é um erro atribuir todos os problemas de





**Ottomar Pinto, um de seus parques aquáticos e o casal Jucá: palácios, praças arejadas e um surto de malária na periferia de Boa Vista**



Roraima aos índios. Falta-lhe, para começo de conversa, arrecadação de impostos suficiente para pagar as próprias contas. Sete anos depois de transformado em Estado, o antigo território — um gigante de 225 000 quilômetros quadrados, quase o tamanho da Grã-Bretanha — ainda vive da mesada federal. De cada 100 reais de despesa do governo estadual, 82 saem direto do Tesouro federal. De cada oito funcionários à disposição do Estado, sete estão pendurados na folha de pagamento da União. “Sem as verbas federais, o Estado quebra”, reconhece o governador Neudo Campos.

Dos três Estados criados pelos constituintes de 1988, Roraima não é o único incapaz de prover o próprio sustento. O

Amapá vive igualmente do dinheiro que pinga de Brasília. O terceiro, Tocantins, tem uma situação um pouco melhor, mas ainda depende muito da União. A diferença é que Roraima parecia ter nascido em berço de ouro — literalmente. Na última metade da década passada, o garimpo arrancava 3 toneladas mensais de ouro nos grotões do território. Havia mais de 50 000 garimpeiros numa população total de 230 000 habitantes.

A corrida do ouro acabou bruscamente em 1991, com o presidente Fernando Collor demarcando a reserva ianomâmi e expulsando os garimpeiros da área indígena. As únicas heranças notáveis dos tempos dourados são o surto de malária (26 000

casos no ano passado) e o inchaço nas favelas da periferia da capital. “A riqueza do garimpo fez girar o dinheiro no comércio, mas não criou riquezas nem empregos no Estado”, diz Jair Dall’Agnol, presidente do Banco de Roraima.

A grande motivação dos constituintes, ao transformar territórios em Estados, foi criar vagas no Congresso Nacional. A conta ficou espetada no Tesouro Nacional. Cada território ganhou mais quatro deputados (ficou com oito) e três senadores. Como em Roraima é possível eleger um deputado federal para cada grupo de 14 986 eleitores (em São Paulo são necessários 296 785), o novo Estado atraiu uma legião de aventureiros eleitorais. Um deles, o usineiro alagoano João Lyra, pai de Thereza Collor, perdeu o Senado em Roraima por apenas 3 000 votos, numa campanha milionária.

**TOQUE FEMININO** — “Repetiu-se aqui o erro do voto aos 16 anos”, compara o empresário Said Samou Salomão, patriarca de um clã de grandes comerciantes em Boa Vista. “Deu-se maioria a quem não tinha maturidade para tanto.” A Constituinte manda a União emprestar de graça seus funcionários ao novo Estado por dez anos. Roraima vive desse funcionalismo subsidiado e da verba do Fundo de Participação dos Estados, a divisão da arrecadação federal segundo critérios populacionais. Com outras despesas, Roraima custa ao país em torno de 30 milhões de reais por mês. A cifra seria a mesma se, em vez de virar Estado, Roraima continuasse como território federal. Mas haveria menos três senadores e menos quatro deputados na conta do contribuinte em Brasília.

Graças a um projeto urbanístico dos anos 60, encomendado a um arquiteto militar, Boa Vista é uma cidade de ar moderno e arejado. A prefeita Teresa Jucá acrescentou,

como se diz por lá, um toque feminino plantando flores na área central, restaurando prédios históricos e criando novos jardins nos bairros. Os recém-chegados relutam em acreditar que lugar tão agradável disponha de infra-estrutura tão precária. A boa impressão costuma virar fumaça na primeira falta de luz, um incômodo que se repete com enervante assiduidade. Por enquanto, não há solução. Boa Vista é iluminada por uma termoeletrica cujos veteraníssimos geradores rangem por aposentadoria.

Talvez por falta de energia, a zona industrial, um projeto ambicioso demarcado na periferia da capital, ainda não ultrapassou o estágio de terreno baldio. O isolamento do Estado também ajuda a afastar investidores. A estrada para Manaus, a BR 174, única ligação por terra com o restante do país, fica intransitável boa parte do ano. Quase todo o alimento consumido é comprado de outros Estados ou importado da Venezuela e chega inflacionado pelo frete.

O destino de Roraima não está atrelado a nenhuma sina maldita que o condene à irrelevância econômica. Um terço do Estado é ocupado por campos naturais — o lavrado — próprios para a criação de gado. No sul, há florestas e terras férteis para a agricultura. Com quase todo seu território acima da linha do Equador, Roraima ocupa posição estratégica para o intercâmbio comercial com a Venezuela, a Guiana e o Caribe. A parte mais apetitosa está no andar de baixo: um subsolo rico em minérios como ouro, diamantes e cassiterita.

**PINTOLÂNDIA** — O primeiro governador eleito, Ottomar Pinto, tomou algumas medidas para ampliar a infra-estrutura. Os resultados foram escassos. Ao custo de 60 milhões de dólares, construiu no sul do Estado a Hidrelétrica de Jatapu, capaz de gerar 5 000 quilowatts. Pouco povoada, a região só consome 1 300, bem menos de um terço da produção da usina. Asfaltou os 218 quilômetros da BR 174 até a fronteira com a Venezuela. Foi má idéia: os habitantes de Boa Vista passaram a fazer compras — até a feira — no país vizinho, onde é tudo mais barato. Em parceria com uma filha arquiteta, Ottomar transformou a



FOTOS ANÔNIMO MILENA

**Nelino Galé (acima) e a família Reis: limpeza étnica na terra indígena**

Marluce Pinto, representava o Congresso Nacional na Conferência da Mulher em Pequim. Outro casal vip da política roraimense une o senador Romero Jucá e a prefeita de Boa Vista. Jucá, um pernambucano ligado ao vice-presidente Marco Maciel, também chegou ao território como governador nomeado, em 1988, depois de ter presidido a Funai. Em Roraima, quem não está com Ottomar está com Jucá. Não há espaço para independentes.

O atual governador, Neudo Campos (da turma de Ottomar), vai investir 15 milhões de reais para asfaltar a BR 174 até a fronteira com o Amazonas. Como a pavimentação está sendo tocada na outra ponta, acredita-se que até o fim do século Roraima comece a ganhar algum dinheiro como corredor de exportação para a Zona Franca de Manaus. O governo estadual também está subsidiando a compra de gado. O Estado tem 145 000 hectares de pastos prontos para ser ocupados. No mês passado, Neudo esteve no sul convidando plantadores de soja a se estabelecer no Estado. Um grupo de fazendeiros topou fazer uma visita a Roraima. O problema é que o presidente do Instituto de Terras e Colonização de Roraima, Álvaro Calegari, encarregado de explicar aos interessados as vantagens do Estado, não estará lá para receber os visitantes. Desanimado com a falta de perspectivas em Roraima, foi plantar arroz na Venezuela.

O obra mais marcante da administração Ottomar foi a criação de um bairro de periferia, batizado de Pintolândia em homenagem ao próprio sobrenome. Ali, ele distribuiu 6 000 terrenos e forneceu material para a construção das casas. Quando vai lá, é carregado nos ombros por eleitores entusiasmados. Colocar seu nome nas obras é uma marca registrada. O ginásio poliesportivo de Boa Vista chama-se Totozão, seu apelido. Ao deixar o governo, Ottomar tinha 86% de aprovação. Candidato a prefeito no próximo ano, considera-se eleito.

Ottomar chegou a Roraima como governador nomeado em 1979 e introduziu a novidade da campanha política matrimonial. Na semana passada, sua mulher, a senadora